

# **João Alberto Lins de Barros: a intervenção do “cidadão fardado” nas contradições do Estado Novo**

Irene Rodrigues de Oliveira  
Mestre em História Social do Trabalho  
pela Universidade Severino Sombra  
irol@globo.com

## **Resumo**

Pretendemos com este trabalho analisar a trajetória política de João Alberto Lins de Barros, aqui entendido como agente do Estado, por sua atuação conjunta com a Missão Cooke, (missão norte-americana que chegou ao Brasil em 1942). Enquanto coordenador da Comissão de Mobilização Econômica coordenou também a Missão Econômica Brasileira e atuou como intelectual orgânico defendendo os interesses norte-americanos vinculados aos interesses da burguesia nacional.

Com a ascensão de Vargas ao poder, em 1930, “o cidadão fardado” pode aproveitar-se das contradições do Estado para cumprir junto a este último, o papel de interventor – seja na economia, seja em diversos segmentos da sociedade civil. Para orientar nosso trabalho, vamos utilizar a análise Gramsciana a respeito das formas como atuam esses intelectuais para apoderar-se de posições nos órgãos da sociedade política.

Palavras-chave: João Alberto; cidadão fardado; Estado Novo

## **Introdução**

Toda a trajetória do Estado Novo foi marcada pela figura (real ou imaginária) do cidadão fardado. O uso dessa figura encontra a sua justificativa na formação de um Estado Interventor preconizando a ideia de um governo forte, detentor da ordem e da prosperidade (progresso). Nos mais diversos segmentos da sociedade civil e política é comum, ainda nos dias de hoje, se deparar com o discurso militarizado, traduzido em expressões como: soldados da pátria, soldados da produção e soldados da lei. Como nos diz Bloch ‘nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou dos grupos, crises políticas.’ (BLOCH, 2001, p. 30)

Em toda a sua trajetória política, João Alberto incorpora essa metáfora militar, contando com um espaço privilegiado de atuação junto ao Estado e participando dos diversos órgãos estatais (observando-se os aparelhos privados de hegemonia neles contidos)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Os aparelhos privados de hegemonia podem estar ligados ao Estado de maneira mais ou menos intensa e, por isso, não passam de espaços de produção e reprodução de idéias e padrões morais das classes dominantes. Nada mais são que aparelhos ideológicos de Estado fazendo parte de uma estrutura ampliada de dominação.” (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 31)

## O início

Tendo nascido em Recife, em 1897, João Alberto Lins de Barros veio para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Escola Militar de Realengo, da qual saiu aspirante da arma de artilharia. Nesse mesmo ano, foi promovido a segundo-tenente e participou do levante deflagrado na Escola Militar em 05 de julho de 1922, (no forte de Copacabana e na Vila Militar), no Rio de Janeiro. Sobre o fato, João Alberto explica que “por inépcia da chefia, fracassara um movimento revolucionário de grande envergadura que poderia ter transformado, desde 1922, o panorama geral da política do Brasil.” (BARROS, 1953, p. 20)

Sobre o período de detenção, João Alberto explica que: “o convívio na prisão, com outros oficiais mais esclarecidos em política, ensinou-me muita coisa. O Capitão Joaquim Távora tornou-se nosso líder. [...] Falava bem e argumentava com fatos novos para nós, oficiais jovens e bisonhos em política.” (BARROS, 1953, p. 21)

Com a transferência para a guarnição de Alegrete (RS), travou conhecimento com outros oficiais engajados no movimento tenentista, entre os quais Luís Carlos Prestes. Neste local, deparou-se com a notícia do movimento de 5 de julho de 1924 que teria alcançado grandes proporções em São Paulo, sendo o foco inspirador para outros movimentos.

Após o levante de Alegrete, no final de outubro de 1924, formou-se a Coluna Prestes, com o fim de expandir a campanha contra o governo. Juntando-se a Prestes, esteve em combate e marchou com a coluna até abril de 1927. (BARROS, 1953, p. 193)

Nesse mesmo ano, João Alberto afastou-se da Coluna e, com falsa identidade de Nelson Castro, começou a trabalhar como engenheiro na Usina Pedrosa, de propriedade da família de Carlos de Lima Cavalcante (dono do jornal de oposição “A Folha da Manhã”) (BARROS, 1953, p. 204), até ser descoberto pela polícia de Recife. Após seis meses de trabalho na usina, voltava a ser foragido da polícia. Com nome suposto, voltou ao trabalho de engenharia construindo estradas de rodagem no Estado do Paraná, até ser chamado por Prestes, em Porto Alegre, pois a campanha presidencial já estava em curso, polarizada entre as candidaturas do paulista Júlio Prestes, situacionista, e o gaúcho Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal.

Alguns líderes aliancistas já pensavam na tomada de poder, caso as expectativas eleitorais fossem frustradas. A atividade foi intensificada depois da vitória do candidato situacionista no pleito de março de 1930. Nos primeiros dias de maio, os antigos líderes da Coluna reuniram-se na Argentina e tomaram conhecimento da intenção de Prestes de lançar um manifesto rompendo com a Aliança Liberal e conclamando o povo à luta por uma verdadeira revolução. Considerava a Aliança Liberal uma frente limitada às classes dominantes e, portanto incapaz de realizar uma

revolução agrária e antiimperialista. Classificava o movimento de manobra reacionária forjada pelo imperialismo britânico e americano para controlar a América Latina. O papel da Aliança Liberal era, finalmente, qualificado de contra-revolucionário. Em fins de maio, João Alberto rompeu definitivamente com Prestes.

Porém, a evolução da conjuntura política brasileira favoreceu o projeto revolucionário e João Alberto passou a integrar o grupo de comando da revolução, que obteve êxito em pouco tempo. “No dia 29 de outubro, um golpe militar no Rio de Janeiro pôs fim a luta armada. Uma junta de generais tomou conta do poder, a fim de aguardar a chegada das tropas revolucionárias à capital da República, enquanto o Sr. Washington Luís era conduzido, pelo cardeal D. Sebastião Leme, para o forte de Copacabana.” (BARROS, 1953, p. 245) Foi deposto e substituído por uma junta, que escolheu os militares para exercerem provisoriamente os governos estaduais.

### **Interventor**

Ao chegar ao poder em 1930, Vargas conduziu a ação dos militares como atores políticos, transformando-os em pilares de sustentação do governo. Embora apenas uma minoria do Exército tivesse participado da revolta, a vitória foi mais fácil do que o esperado, pois quando a sorte do movimento pendeu para os rebeldes todos aderiram, inclusive os generais do Presidente Washington Luis.

No entanto, a facilidade da vitória tornou-se um complicador: se a condução da revolta estava nas mãos dos capitães e tenentes, para que esse grupo adquirisse uma hegemonia, no seio da organização militar, era necessário que fossem rapidamente promovidos. O comissionamento em massa criava expectativas que, se não atendidas, tornavam-se fontes de conflitos. (CARVALHO, 1999, p. 57)

Vargas tomou posse em três de novembro, à frente do Governo Provisório. Nomeou João Alberto para o cargo de Interventor Federal no Estado de São Paulo. Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública Paulista, passando a deter junto com João Alberto, o controle das decisões relativas à ordem pública e à segurança no estado, fator de permanente conflito entre as lideranças tenentistas e as forças políticas tradicionais de São Paulo. O Estado<sup>2</sup> torna-se campo de disputa entre os dois tenentes em choque por ambições pessoais e divergências políticas. João

---

<sup>2</sup> “O Estado é a expressão política dos conflitos da sociedade civil. O Estado é, ao mesmo tempo, uma parte da própria sociedade ao organizar os interesses e ordenar as formas de controle social a partir dos padrões definidos pelo conflito na sociedade civil.” (BOCAYUVA;VEIGA, 1992, p. 243). Porém, “para chegar-se ao Estado em seu sentido estrito, deve-se partir da Sociedade Civil e não o contrário.” (MENDONÇA, 2005, p. 13)

Alberto “passa rapidamente da abertura popular ao acordo com um setor vinculado aos interesses cafeeiros, em que se apóia por vários anos, mesmo após a Revolução de 30.” (FAUSTO, 1995, p. 71) Nesse ínterim, autorizou o funcionamento legal do Partido Comunista do Brasil (PCB) - e a criação da Sociedade dos Amigos da Rússia; ameaçou confiscar as fábricas que não cumprissem as primeiras medidas sociais decretadas pelo novo governo (aumento salarial de 5% e redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas); e, fundou, em 13 de novembro, a Legião Revolucionária, voltada para garantir a realização das reformas reivindicadas pelos tenentes.

A Comissão de Organização Municipal formada por João Alberto continuou substituindo prefeitos vinculados às forças políticas tradicionais, enquanto a Delegacia da Ordem Política e Social intensificava a censura e a vigilância sobre as atividades políticas do Estado. As posições do Partido Democrático e de João Alberto eram cada vez mais conflitantes. O primeiro defendia a imediata reconstitucionalização do país e o Interventor era partidário de uma maior centralização de poderes, participando, inclusive, do chamado *Gabinete Negro*, que era formado pelo grupo de líderes da Revolução de 1930, e que continuava a se reunir periodicamente com Vargas. Integrou o grupo que liderou, em janeiro de 1931, a formação do Clube 3 de Outubro, organização tenentista de âmbito nacional, com visão centralizadora e anti-constitucionalista. O crescimento da Legião Revolucionária acirrou a tensão existente entre essa organização e as forças políticas tradicionais; especialmente o PD e o Partido Republicano Paulista (PRP).

Neste período, eclodiu uma série de greves, a partir de novembro de 1930. “O Diário Nacional calculava em 8.400 o total de grevistas e o movimento abrangia 31 fábricas.” (FAUSTO, 1995, p. 108)

Descontentes, oficiais da Força Pública e membros do PD articularam um levante contra o interventor e o secretário de Segurança. Deflagrado em 28 de abril de 1931, o movimento foi rapidamente sufocado com a prisão dos revoltosos e a posterior transferência de oficiais do Exército para outras regiões do país.

O crescimento da Legião Revolucionária causava atritos com diferentes grupos políticos e setores sociais. Acusada de comunista por seus adversários conservadores e de demagógica por Luís Carlos, essa organização era alvo também de desconfianças dos setores mais organizados da classe operária.

“O fim melancólico da interventoria João Alberto (julho de 1931), sob o fogo dos políticos de São Paulo, demonstra de sua parte uma evidente ausência de princípios. O interventor não procura extrair do conflito qualquer vantagem política para o movimento tenentista. Embora tenha recebido a solidariedade dos interventores tenentistas é evidente que seu comportamento estava em desacordo com os esforços do núcleo mais expressivo do momento – o Clube 3 de Outubro – no sentido de não se compor com seus adversários mais diretos. Ao terem conhecimento da demissão, os ‘tenentes’ se reúnem no Rio de Janeiro, na casa de

Pedro Ernesto, mas João Alberto desencoraja qualquer iniciativa, dizendo-se disposto a sair do Exército e trabalhar para os Guinle. (FAUSTO, 1995, p. 72)

## **Chefe da polícia**

Mesmo afastado da interventoria, João Alberto continuou a interferir na situação de São Paulo, marcada pelo agravamento do conflito entre elementos tenentistas e as forças políticas tradicionais.

Em 13 de janeiro de 1932 o PD lançou manifesto rompendo com o governo federal conclamando a população a lutar pela imediata constitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Pouco depois, o PRP, fez o mesmo, iniciando o processo de união dos dois grandes partidos locais que resultou na formação da Frente Única Paulista (FUP). João Alberto declarou em nome do Clube 3 de Outubro, que a luta pela reconstitucionalização era encabeçada por elementos que pretendiam destruir a revolução, mas que, mesmo assim, os *tenentes* não afastavam a hipótese de aceitar esse desafio, transformar o Clube em partido político e disputar o poder por meios legais. A intensificação das manifestações populares promovidas pela FUP levou Vargas a preparar um estudo para a constitucionalização do país, que resultou no Código Eleitoral decretado em 22 de fevereiro de 1932.

João Alberto foi nomeado Chefe de Polícia do Distrito Federal. Nesse cargo, criou a Polícia Especial, especializada em reprimir distúrbios de rua, prendeu diversos políticos acusados de conspirar contra o governo e se manteve atento à evolução da situação paulista, que se tomou crítica a partir da formação, em 23 de maio, de um secretariado composto exclusivamente por membros da Frente Única Paulista (FUP). A situação de São Paulo se radicalizou de tal modo, que não foi possível ao governo federal evitar a deflagração de Revolução constitucionalista em nove de julho, dando início a uma guerra civil de grandes proporções.

José Carlos de Macedo Soares escreveu a Vargas, dizendo que a interferência de João Alberto representava um obstáculo ao trabalho de normalização, pois este insistia em adotar uma posição repressiva. Acusando-o de cigano, ambicioso e aventureiro, afirmava que sua influência continuava viva no estado graças aos formidáveis recursos de dinheiro, aos enormes recursos políticos e aos enormes recursos de violência.

A violência faz parte da história dos grupamentos humanos com influência decisiva sobre a cultura e o poder entre os povos, condicionando muitas opções políticas. Porém, os elementos de destruição não aparecem como fundadores do novo.[...] O jogo clássico do poder militar e os mecanismos e aparatos de violência acabam cumprindo funções de controle social que anulam as metas políticas dos movimentos sociais que tinham um ideal de mudar as relações de

opressão no sentido da emancipação dos homens. (BOCAYUVA;VEIGA, 1992, p. 243)

O declínio das organizações tenentistas ficou evidenciado durante o congresso revolucionário, realizado em novembro de 1932, ocasião em que os setores mais radicais dos *tenentes* não tiveram o menor espaço. João Alberto participou do encontro que resultou na fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo programa enfatizava a necessidade de sobrepor os interesses nacionais aos regionais. No início de 1933, João Alberto e Juarez Távora tentaram dotar os grupamentos políticos de tendência tenentista de uma plataforma única em nível nacional, tendo em vista as eleições constituintes.

Com esse objetivo, articularam a União Cívica Nacional, oficialmente fundada em 24 de março de 1933, e tentaram sem êxito atrair o PSB para esse projeto. João Alberto retornou à chefia da polícia do Distrito Federal, no início de 1933. Deixou a chefia da Polícia em abril, para concorrer no mês seguinte à Assembléia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Social Democrático local.

### **Constituinte**

A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e Vargas se tomou presidente da República. Os mandatos dos constituintes foram estendidos até maio de 1935. João Alberto conquistou uma cadeira na Assembléia Constituinte por Pernambuco, a partir de abril de 1935.

Por essa época, a luta política ganhou novos rumos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista, experimentou notável crescimento, levando partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações a formarem a Aliança Nacional Libertadora (ANL) para lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Luís Carlos Prestes foi eleito, em março de 1935, presidente de honra dessa entidade, convidando seus antigos companheiros da Coluna e das rebeliões da década de 1920, para aderirem ao movimento. João Alberto respondeu que não ingressaria na ANL, porque precisava recuperar-se dos desgastes sofridos nos últimos 13 anos. Na ocasião, Prestes manifestou-se acusando-o de traidor dos ideais de Siqueira Campos.

“Desde o início de 1935, o país vivia um conturbado clima político-social, pois, além da intensa e incômoda mobilização social via greves, vivia-se sob permanentes boatos de conspirações contra Vargas, não apenas do PCB, mas também de setores militares descontentes. Em virtude desse clima, em abril de 1935, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Essa lei previa, entre outras medidas antidemocráticas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados.” (BATTISTELA, 2007, p.16)

A ANL foi declarada ilegal pelo governo em julho de 1935 e, sob influência dominante do PCB, definiu uma orientação insurrecional que conduziu à revolta de novembro do mesmo ano, rapidamente dominada. Luís Gonzaga Lins de Barros, irmão de João Alberto, foi um das milhares de vítimas da onda de repressão subsequente, permanecendo preso até maio de 1937. O ex-interventor em São Paulo, no entanto, não foi atingido pelas perseguições.

### **Diplomata**

Ainda em 1935, equiparado no serviço diplomático a ministro de primeira classe, João Alberto viajou aos USA a fim de estudar as possibilidades de fomento das exportações de café. Enquanto diplomata atuou junto ao Ministério das Relações Exteriores, internamente e em outros países. Em 1939, assumiu a chefia da recém-criada Comissão de Defesa da Economia nacional, criada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Voltou a exercer missão diplomática no exterior entre abril de 1941 e julho de 1942, como embaixador no Canadá, o primeiro que o Brasil enviou àquele país.

### **Comissão de Mobilização Econômica**

Para ocupar o espaço aberto pela crise oligárquica e engendrar um novo esquema de dominação política, “Vargas aliou-se à facção militar que o levara ao poder e permitiu que ela fizesse das Forças Armadas um ator com recursos suficientes para influenciar os rumos da nação e com uma ideologia abertamente interventora. Enquanto se tratava de reconstruir o poder, de realinhar os setores tradicionalmente dominantes, ou mesmo de promover novos interesses, como os da burguesia industrial, Vargas e os militares caminharam juntos. (CARVALHO, 1999, p. 80) A entrada formal do Brasil na Segunda Guerra, decretada em agosto de 1942, reforçou as tendências intervencionistas sobre a economia, manifestadas desde a implantação do Estado Novo. As dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar, em 28 de setembro de 1942, a Coordenação de Mobilização Econômica, com atribuições mais amplas, cujo objetivo era organizar a economia de guerra em consonância com os acordos de Washington, comprometendo-se em fornecer as matérias-primas necessárias para a guerra, em troca de financiamentos norte-americanos para projetos industriais no Brasil.

### **Missão Cooke**

A Missão Cooke foi uma missão norte-americana que chegou ao Brasil em 1942, para trabalhar em conjunto com a Comissão de Mobilização Econômica, justamente quando o Brasil tinha declarado beligerância aos países do Eixo, tornando-se aliado dos USA.

Tendo chegado a Belém do Pará, no avião procedente dos USA, com destino ao Rio de Janeiro, era composta por 12 técnicos norte-americanos, coordenada por Morris Llewellyn Cooke. A comissão se instalou no Rio de Janeiro em 23 de setembro e regressou aos USA em três de dezembro. Sua tarefa era estudar o quadro econômico, a Educação, Fontes de Consulta Bibliográfica Americana, Fontes de Crédito para novos investimentos, Associações Comerciais Brasileiras e Controle de Mercados e Preços.

A missão brasileira, sob a coordenação de João Alberto Lins de Barros, não teve uma organização rígida e sua maior contribuição técnica, veio de São Paulo, através da CIESP /FIESP. A Comissão Técnica Brasileira contou com Mariano Ferraz, Glycon de Paiva, Marcio de Mello Franco Alves, Benjamin Soares Cabello e Haroldo Cecil Poland, todos pertencentes, simultaneamente, ao aparato do Estado e com forte influência junto às classes produtoras. Assim, a lista primitiva dos membros da Comissão Brasileira foi se alargando na medida em que se faziam necessárias.

Sob a orientação do Engenheiro Professor Ary Frederico Torres, várias subcomissões técnicas elaboraram relatórios completos sobre os vários problemas de interesse, reunidos em três volumes, que muito orientaram a missão americana.

### **Ministro Plenipotenciário**

João Alberto presidiu o novo órgão, que passou a funcionar como um super-ministério, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes. Subordinada diretamente a Vargas e sediada no Rio de Janeiro, a coordenação estava presente em todo o país através de escritórios regionais ou representantes. Uma das primeiras preocupações do novo órgão foi coordenar o projeto, financiado pelo governo norte-americano, de fixar 50 mil homens na produção da borracha na região amazônica. Foi criado então o Serviço Especial de Migração de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mas, apesar dos esforços despendidos, o número de trabalhadores no setor não ultrapassou 10.500 em 1943 devido à ausência de infra-estrutura na região. Esse resultado levaria, em dezembro de 1943, à extinção da SEMTA e à criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, que conseguiria fixar até 1945 um total de 22 mil pessoas na produção da borracha.

O início das atividades dos serviços de racionamento e abastecimento da coordenação, em maio



de 1943, provocou o tabelamento do pão, açúcar e carne, gerando protestos dos produtores e a rápida formação de um significativo mercado negro. As indústrias de tecidos, aniagem, remédios e calçados foram submetidas a uma rigorosa regulamentação para garantir produção de artigos populares de qualidade e preços inferiores.

Com o objetivo de explorar novas riquezas para fins industriais, esvaziar o centro das grandes metrópoles, até então ocupados por vagabundos e desordeiros, fixar brasileiros em território não habitado das regiões Centro-Oeste e Norte, foi criado o movimento que ficou conhecido como Marcha para o Oeste.

### **Departamento Federal de Segurança Pública**

No esforço de aproximação com setores militares descontentes, liderados pelo general Góis Monteiro, Vargas nomeou João Alberto para a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública em nove de março de 1945, quando o esgotamento do Estado Novo já era nítido e o processo de transmissão estava configurado. O mesmo chegou a ser cogitado para concorrer à presidência da República, polarizada em torno das candidaturas do general Eurico Gaspar Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, a luta política não caminhou em direção ao consenso. Como resposta ao crescimento da oposição liberal o *movimento queremista* pedia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Vargas no poder.

Góis Monteiro alertou todos os comandantes de regiões militares sobre sua iminente renúncia em protesto contra as mudanças. Horas depois, os chefes das três armas decidiram depor o presidente, fato concretizado na madrugada do dia 30, quando Getúlio, pressionado, renunciou e deixou com João Alberto um breve manifesto ao povo brasileiro.

Afastado da chefia da polícia, João Alberto ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a eleição do general Dutra à presidência da República, no dia dois de dezembro de 1945, tomando-se ferrenho partidário de seu governo, iniciado em 31 de janeiro de 1946.

### **Considerações finais**

A vida de um revolucionário, independentemente de sua filiação política, implica perigos de perseguição política, policial e judiciária. E, foi assim, que viveu João Alberto, desde o levante tenentista de 1922 até 1930, quando aderiu ao movimento que depôs Washington Luís e levou Vargas ao poder. A partir daí, numa virada tática de poder, João Alberto passou a exercer o papel de cidadão fardado, tomado por um “desejo totalitário”, impondo a doutrinação política e aterrorizando pela violência policial. A polícia era o elemento que fundamentava o poder de

Vargas, porque mantinha o terror nas ruas, fazendo com que a sociedade como um todo se sentisse impotente. Nos anos subsequentes de 1935, João Alberto torna-se diplomata e passa a funcionar como um elemento contra-revolucionário, cumprindo exatamente o que Prestes vaticinara em 1930, sobre a Aliança Liberal.

“A Era Vargas caracterizou-se pela forte presença dos militares na política. Com Vargas, os militares ganharam uma notoriedade inédita e tornaram-se parceiros políticos de todas as horas. O Exército, que apoiou Vargas em 1930, acabou ganhando espaços cada vez maiores na administração das coisas públicas, e seu poder intervencionista transformou-se em uma ameaça constante à democracia brasileira. Nessa escalada, nem Vargas foi poupado: os mesmos militares que o sustentaram no poder o depuseram por duas vezes.” (D’ARAÚJO, 1997, p. 23)

Se João Alberto tinha conseguido o status de revolucionário, por decorrência dos movimentos tenentistas, na década de 20, o mesmo não ocorreu com a chegada de Vargas ao poder. O ascenso do movimento tenentista aos postos governamentais, surgiu como uma "potência governamental absoluta", realizando assim um tipo específico de representação das classes médias. Porém, o governo do tenentismo revelou as inconsistências de um grupo pouco integrado, cujos objetivos nem sempre foram coerentes no âmbito político e ideológico. A interventoria de João Alberto é o exemplo mais emblemático de desarticulação e de incoerência entre seus próprios quadros. Aliando-se aos interesses dos cafeeiros de São Paulo, abandonava a causa revolucionária e procurava compor-se com adversários mais diretos, evidenciando que seu comportamento estava em desacordo com os princípios do Clube Três de Outubro. Alberto aderiu aos interesses dos banqueiros e principal aliado dos interesses norte-americanos. Assim agindo, tornou-se um dos principais agentes na rede de imbricação do Estado, tornando-se defensor da modernização conservadora e da conseqüente industrialização do país.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, A. A. de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

BARROS, J. A. L. de. **Memórias de um revolucionário - Parte I: a marcha da coluna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BATISTELLA, Alessandro. **O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política**. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo, 2007. Dissertação de Mestrado em História.

- BOCAYUVA, P. C. C; VEIGA, S. M. **Novo vocabulário político**. Rio de Janeiro: FASE/Vozes, 1992.
- CANCELLI, E. **O mundo da violência; a polícia na era de Vargas**. Brasília: UnB, 1993.
- CARVALHO, J. M. **Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro**. In: D'ARAUJO, M. C. **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV/UERJ, 1999. 207 p. p. 55-81.
- D'ARAUJO, M. C. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.
- FAUSTO, B. **A revolução de 30: história e historiografia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GUEIROS, J. A. **Juracy Magalhães, o último tenente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- OLIVEIRA, E. R. de [et al]. **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- OLIVEIRA, I. R. **Missão Cooke, Estado Novo e implantação da CSN**. Rio de Janeiro: E\_papers, 2003.
- PRESTES, A. L. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Uma epopéia brasileira: a coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.
- REZENDE, A. P. **Uma trama revolucionária? Do tenentismo a revolução de 30**. 6. ed. São Paulo: Atual, 1990.